

COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL GLOBAL

DENNIS DE OLIVEIRA, MARCO ANTONIO BETTINE

INTRODUÇÃO

Mudanças significativas impactaram a sociedade nas últimas décadas do século passado. O sistema de mundo bipolar construído após a II Guerra Mundial, com a confrontação do chamado bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco “socialista”, liderado pela extinta União Soviética termina com a vitória do primeiro. O marco simbólico deste final do mundo bipolar foi a queda do Muro de Berlim, em 1989.

A vitória do bloco estadunidense deu um contorno próprio ao fenômeno que se chamou de globalização. Esta pode ser definida como um processo civilizatório marcado pela universalização de três paradigmas:

- a-) a economia de mercado;
- b-) a democracia liberal;
- c-) a liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais.

Este processo civilizatório conformou um modelo de mundo “conectado” garantido pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As infovias garantiram tanto uma possibilidade de irradiação ideológica deste processo civilizatório como nunca visto antes na história da humanidade, como também possibilidades novas para a expansão do capital tanto na indústria da cultura e da mídia, e ainda na organização das novas estruturas produtivas que se configuraram como uma linha de montagem global.

O processo civilizatório significou também um momento de avalanche ideológica conservadora sem precedentes. Os projetos utópicos foram coloca-

dos em cheque, principalmente com a ideia de fim das “grandes narrativas” e “crise dos paradigmas”. Alguns conceitos como o de pós-modernidade foram apropriados como qualificativos ideológicos no sentido de serem sustentadores da ideia de uma era do fim dos projetos, da emergência do “homem astuto” em lugar do “homem planejador”.

Contraditoriamente, o processo civilizatório da globalização neoliberal fez emergir novos conflitos, principalmente no campo das perspectivas culturais e identitárias. O fundo desta contradição é de origem social embora seja transmitida como de “conflito de civilizações”, próximo a ideia do pensador ultradireitista Samuel Huntington (2009).

A guerra das civilizações profetizada pelo ideólogo estadunidense serve como justificativa para a manutenção da poderosa indústria bélica da única superpotência do planeta. No nível macro, o projeto geopolítico das grandes potências capitalistas vai no sentido de dissuadir pela via das ameaças bélicas qualquer projeto soberano que emergja de nações do chamado Terceiro Mundo. A justificativa ideológica é sempre o desrespeito a qualquer dos valores presentes no tripé do modelo da globalização neoliberal: ou a não existência de um sistema de democracia liberal clássico (por isto, os inimigos são sempre chamados de “ditadores”, “autoritários”, “opressores”) e, contrariamente, os que são autoritários, opressores e ditadores mas amigos do império tem sua existência justificada pelo papel que desempenham na sustentação do modelo econômico hegemônico (como o caso das monarquias autocráticas do Oriente Médio, caso da Arábia Saudita e do Kuwait).

O poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz (mídia).

Ideologicamente, o sistema de comunicação de massa ocupa um papel central. Primeiro, é ele que faz a ponte e constrói este cenário mundial – o mundo, hoje, é acessível pelas disponibilidades de acesso às informações via o sistema de comunicação. Segundo, porque a comunicação se transformou no principal “intelectual orgânico” deste processo de globalização neoliberal, conforme afirma Otávio Ianni.¹ E, terceiro, que a própria indústria

1 IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

da comunicação e da cultura se transformaram na mais recente fronteira de expansão e reprodução do capital, sendo ela própria, um “grande negócio”.

O MONOPÓLIO DO DINHEIRO

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman chama o momento em que vivemos atualmente de “tempos líquido-modernos”. Para ele, este momento pode ser caracterizado por várias traços, entre eles, destacamos o que ele chama de “separação e iminente divórcio entre poder e política”.²

Para Bauman, o poder se desloca da esfera política para o domínio das corporações privadas. A nova ordem econômica que emergiu do mundo pós-Guerra Fria consolidou um novo paradigma do capitalismo em que os processos produtivos de conectaram mundialmente formando uma grande “linha de montagem global”. As corporações capitalistas passaram a articular diversas localidades produtivas, gerenciadas a partir de um comando central. Alguns exemplos:

a-) a corporação Nike articula uma rede mundial de empresas e empreendimentos que se responsabilizam pela produção de parte dos seus produtos – confecção do material, pintura, acabamento, etc – tudo sob a direção centralizada que confere algumas exigências de qualidade e de identidade da marca.

b-) a corporação Boeing – fabricante de jatos – utiliza peças produzidas por várias empresas ao redor do mundo, entre elas a própria Embraer brasileira.

Desta forma, a produção capitalista articula diversas dimensões e realidades produtivas, até mesmo trabalho em condições degradantes (como a escravização de crianças na Tailândia para a produção de materiais para a Nike ou de bolivianos, em São Paulo, para a confecção de roupas que recebem a etiqueta da C&A e Marisa ou ainda o trabalho escravo empregado na extração do minério tântalo na República Democrática do Congo, utilizado para a fabricação de celulares e tablets). Com isto, conseguem otimizar ao máximo os recursos dispendidos para a produção, aproveitando as condições mais favoráveis em cada país/lugar.

2 BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

O capital passa, então, a pressionar os Estados nacionais a criarem condições mais favoráveis que são, nesta lógica, a desregulamentação do trabalho e a liberalização dos fluxos de capital. Estas são as premissas principais para a redução do Estado e, conseqüentemente, para o desmonte dos mecanismos institucionais de proteção social.

Os dados abaixo comparam os PIBs de países com o faturamento das maiores empresas do mundo no ano de 2009, segundo a revista *Fortune* e o Fundo Monetário Internacional. A maior corporação global em termos de faturamento é o WalMart (rede varejista) que teve um faturamento maior que os PIBs da Argentina, Suécia, Arábia Saudita e próximo da Polônia.

Posição no Ranking	País / Empresa	PIB Nominal / Anual (milhões US\$)
1°	Estados Unidos da América	14.256.275
2°	Japão	5.068.059
3°	China	4.908.982
4°	Alemanha	3.352.742
5°	França	2.675.915
6°	Reino Unido	2.183.607
7°	Itália	2.118.264
8°	Brasil	1.574.039
9°	Espanha	1.464.040
10°	Canadá	1.336.427
20°	Bélgica	470.400
21°	Polônia	430.197
22°	<i>Walmart Stores</i>	408.214
23°	Suécia	405.440
27°	Arábia Saudita	369.671
31°	Argentina	310.065
34°	<i>Royal Dutch Shell</i>	285.129
35°	<i>Exxon Mobil</i>	284.650
37°	<i>British Petroleum</i>	246.138
44°	<i>Toyota Motor</i>	204.106
45°	<i>Post Holding Japão</i>	202.196
50°	<i>Sinopec</i>	187.517

Empresas - Fonte: revista Fortune Países - Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

A forma que a corporação WalMart conseguiu chegar a esta posição é evidente. A empresa é conhecida, nos EUA inclusive, pelo desrespeito sistemático às leis e convenções de trabalho, impede os funcionários de se filiarem aos sindicatos (punindo-os com demissão ou transferência para outras localidades) e há denúncias até mesmo de exploração do trabalho infantil.

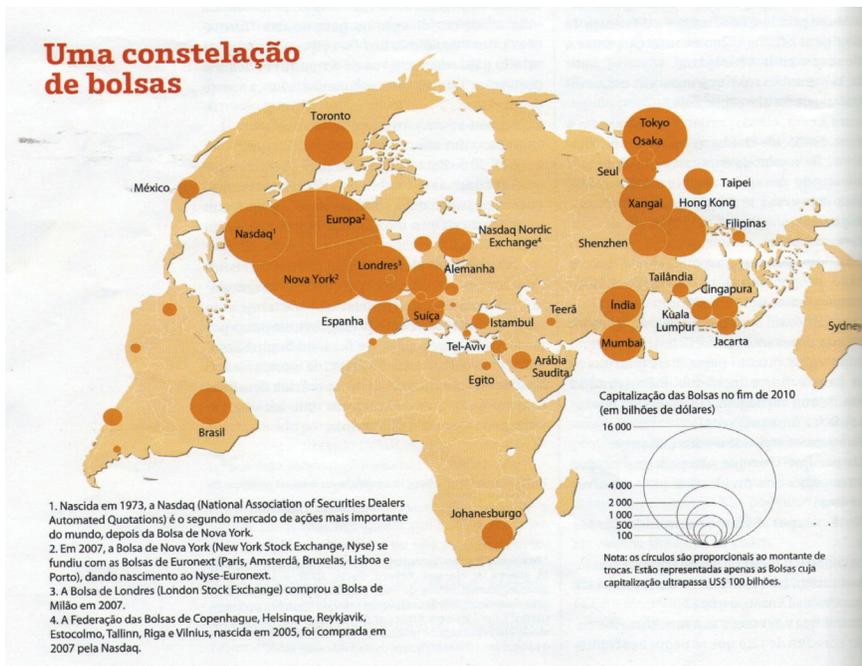
O Wal Mart é o símbolo de um mundo marcado por brutal concentração de riquezas. Os seis herdeiros de Sam Walton, fundador da empresa, tem uma fortuna calculada em US\$93 bilhões, equivalente a renda acumulada pelos 30% mais pobres dos EUA!³

Uma das áreas mais importantes do poder global das corporações é o sistema financeiro. Segundo dados do FMI e outras agências, entre 2007 e 2009 circulavam no mercado financeiro mundial o equivalente a 720 trilhões de dólares em produtos financeiros e derivativos especulativos. O PIB de todos os países do planeta, porém, somava apenas 62 trilhões, ou seja em torno de 9% disto. O que significa que o mercado financeiro movimentava 91% de recursos “virtuais”, sem lastro. Comparando: o comércio mundial movimentou 15 trilhões.

Este capital especulativo circula no mundo a partir de centros localizados em determinadas partes do mundo. As movimentações destes centros especulativos determinam, em boa parte, a saúde financeira de nações no mundo todo, impondo situações que potencializam ou limitam os recursos disponíveis para os Estados nacionais desenvolverem políticas públicas. Assim, todo o universo político fica subordinado ao verdadeiro centro do poder, o poder do capital.

O mapa abaixo mostra a desproporção da movimentação de recursos nas bolsas de valores, um dos principais centros do capital especulativo. Este mapa foi publicado em uma edição especial da revista “Le Monde Diplomatique”. Segundo a publicação, “apesar da emergência das Bolsas de Valores asiática, os fluxos financeiros irrigam antes de tudo os países do Norte, submetidos a uma concentração frenética”.

3 Ver o artigo de Heloisa VILELLA, “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Vioomundo” (<http://www.vioomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)



O poder do capital ainda se manifesta pela institucionalização das chamadas agências de risco. Estas instituições criadas como empresas de assessoria e consultoria para o grande capital definir as suas estratégias de investimentos transformaram-se nos verdadeiros tribunais de julgamento de nações. Ao atribuir-lhes notas ou conceitos favoráveis e desfavoráveis, indicam ao capital especulativo os movimentos de entrada e/ou saída. Com isto, uma nota desfavorável de uma agência de avaliação de risco significa a saída imediata de uma imensa soma de recursos que, em um capitalismo movido a especulação, pode significar a ruína de uma economia nacional.

Por esta razão, as medidas econômicas tomadas pelos governos nacionais se direcionam para a satisfação não dos cidadãos que, teoricamente, os elegem e os mantêm, mas sim à aprovação destas agências que, em última instância, representam os interesses do grande capital.

O MONOPÓLIO DAS ARMAS

O poder global que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal tem um segundo pé que é a indústria bélica, extremamente concentrada nos Estados Unidos da América.

O fim do bloco soviético e da sua articulação militar – o “Pacto de Varsóvia” – transformou a OTAN e os EUA na “polícia do mundo” que sequer é controlada pelos fóruns internacionais.

Segundo a revista *The Economist*, os gastos militares dos EUA são da ordem de 700 bilhões de dólares, maior que o total de orçamento militar de 17 países, conforme se mostra no gráfico abaixo, retirado da revista. O valor do orçamento militar dos EUA supera, de longe, o segundo colocado – a China, que pouco passa dos 100 bilhões.

País	Gastos militares em % PIB	Em US\$ bilhões
EUA	4,8	700
China	2,1	Todos somados: 650 (inferior aos EUA)
Grã Bretanha	2,7	
França	2,3	
Rússia	4,0	
Japão	1,0	
Arábia Saudita	10,4	
Alemanha	1,3	
Índia	2,7	
Itália	1,8	
Brasil	1,6	
Coreia do Sul	2,8	
Austrália	2,0	
Canadá	1,5	
Turquia	2,4	

Fonte: Stockholm International Peace Reserach Institute (SIPRI)

As Forças Armadas dos EUA se organizam globalmente com a presença de bases em todas as regiões do planeta, o que possibilita o deslocamento de tropas de forma rápida para qualquer parte do mundo que for “necessária”. Ao lado disso, os gastos vultosos no orçamento militar possibilita a sofisticação tecnológica da máquina militar dos EUA.

Um exemplo disto é a guerra dos drones executada pelos EUA em regiões do Paquistão dominada pelo grupo Al-Qaeda desde 2004. Drones são aviões teleguiados, que permitem as forças armadas estadunidenses atacarem regiões sem colocar em risco seus soldados. Eles dirigem estes aviões tranquilamente de bases localizadas no próprio território estadunidense, não passam pelo desgaste de combaterem em um terreno hostil e não há perigo de baixas – sempre um problema de desgaste político junto a opinião pública dos EUA. Guerrear virou uma tarefa prosaica, o soldado comparece à

base no seu horário de trabalho e depois pode tranquilamente voltar para a sua casa. (Parks, 2011)

O desenvolvimento extraordinário desta política bélica possibilita também uma nova fronteira para a expansão do capital. A indústria bélica no mundo cresce assustadoramente e chegou a faturar US\$1 trilhão com as guerras no Oriente Médio patrocinadas pelos EUA. A revista *The Economist* publicou também um ranking das principais indústrias de armamentos no mundo que crescem com esta corrida:

	Empresa	Faturamento com venda de armamentos (em US\$bi)	% da venda de armamentos sobre o total da receita
1º.	BAE Systems (Ing)	33	95%
2º.	Lockheed Martin (EUA)	30	70%
3º.	Boeing (EUA)	28	48%
4º.	Northrop Grumman (EUA)	26	77%
5º.	General Dynamics (EUA)	23	78%
6º.	Raytheon (EUA)	21	91%
7º.	EADS (Europa)	18	28%
8º.	Finmeccanica (Itália)	13	52%
9º.	L3 Com (EUA)	12	82%
10º.	Thales (França)	11	58%

Fonte: Stockholm International Peace Reserach Institute (SIPRI)

Percebe-se que das dez primeiras colocadas neste ranking, seis são dos EUA – Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics, Raytheon e L3 Communications, todas com faturamento que vão de 11 a 35 bilhões de dólares. A concentração aqui é semelhante a que se viu na concentração do poder do capital – empresas norte-americanas e algumas europeias dominando o cenário.

O crescimento da indústria de guerra não ocorre à toa. A concentração do poder do capital conforme se viu no item anterior gera uma brutal desigualdade, principalmente porque ele ocorre via a desregulamentação do trabalho e o aumento da exploração do trabalho. O poder bélico aparece assim, como um elemento de dissuasão de qualquer foco de rebeldia ante a este processo civilizatório. É a tarefa que coube ao Estado – se o poder se divorciou da política, conforme afirma Bauman, o poder de Estado não desapareceu, apenas se concentrou e especializou como instituição repressora. Esta acaba sendo a única razão de ser da existência do Estado.

O terceiro ponto do tripé que constitui o poder global é o monopólio da indústria da comunicação e da cultura. Neste aspecto, é importante apontar algumas características.

A primeira delas é a transfiguração do sentido do que é *jornalismo* no seu sentido original do termo para o que é *mídia* atualmente. O jornalismo é produto do projeto moderno. Conforme afirma Ciro Marcondes Filho (2001), a aventura do jornalismo se confunde com a aventura da modernidade e do espírito burguês. Nos seus primórdios, o jornalismo significava uma atividade voltada ao *esclarecimento* no sentido iluminista da palavra, era a expansão da esfera pública para além dos círculos restritos dos cafés e clubes das elites. Esta era a ideia de “quarto poder” – um poder que representaria os cidadãos na fiscalização dos poderes da república, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Esta primeira fase do jornalismo, do publicismo de ideias, da busca do esclarecimento e da ilustração, da representação de ideias, vai ser paulatinamente transfigurado para uma fase de *mercantilização*. Isto em função do desenvolvimento das tecnologias produtivas, da percepção por parte das classes dominantes de que este jornalismo de esclarecimento era, também, apropriado pelas correntes socialistas e operárias (aqui é importante lembrar e registrar a participação de grande parte das lideranças socialistas nos jornais da época) e também pelas possibilidades abertas do jornalismo se transformar em uma nova dimensão de expansão do capital.

É aqui que se consolida o jornalismo como uma atividade comercial, que se profissionaliza a atividade de jornalista e que se consolidam os cânones de um jornalismo “neutro, imparcial e objetivo”. A própria ideia de “liberdade de expressão” presente na maioria dos documentos liberais – “*freedom of speech*” – vinculava-se a ideia de uma livre expressão de todos os segmentos sociais e não apenas dos poderes constituídos. Liberdade de expressão é, portanto, um direito da sociedade. A medida que o jornalismo se articula como *empresa*, o capital “sequestra”, apropria-se deste direito público e transforma o direito da “liberdade de expressão” em direito da “liberdade do capital”.

Os grandes conglomerados jornalísticos que vão se formando permitem que certos magnatas da imprensa cheguem ao cúmulo de criar fatos, como é a fala de Cidadão Kane (filme de Orson Welles), grande empresário

da comunicação inspirado em William Hearst, que se gabava de poder “inventar uma guerra pelos seus jornais”.

Este poder da imprensa sofre uma transformação com a transfiguração das empresas jornalísticas em *empresas midiáticas*. Entendemos aqui mídia toda a transmissão de informação e entretenimento pelos dispositivos tecnológicos de massificação. O esvaziamento da política como lócus de debate público, o seu divórcio do poder, praticamente esvazia o jornalismo tradicional – mesmo aquele *manipulado* pelos empresários – e a construção dos consensos ideológicos vai sendo erigida por uma indústria de entretenimento midiático.

Muniz Sodré afirma que esta indústria da comunicação opera com mecanismos de sensibilização muito mais do que mecanismos racionais. A construção de imagens, de modelos de comportamento de consumo, de celebridades midiáticas que passam a ganhar uma legitimação de fala acima das autoridades tradicionais, tudo potencializado com a emergência de uma sociedade imagética – aqui é importante destacar o marco que foi a entrada dos dispositivos midiáticos audiovisuais – criam um espaço de jogo de seduções. Ele chama este processo de “modelo irradiante de midiatização” que, segundo ele:

(...) dá-se uma equivalência generalizada das coisas, inclusive entre sujeito e objeto. Em vez da troca simbólica, dá-se uma interatividade movida por simulacros, redes ou centrais de comutação, que provoca a autonomização das linguagens codificadas e dessubstancializa as referências clássicas do real. (Sodré, 2006: p. 34)

A razão instrumental – aquela razão dissociada de aspectos éticos e voltada única e exclusivamente para a reprodução do capital – criticada por Adorno e Horkheimer para demonstrar a falência do projeto iluminista também reduz o seu espaço. A dominação contemporânea não se exerce pela razão instrumental principalmente mas pelos mecanismos de sedução imagética.

A mesma concentração que se observa nos monopólios da armas e do capital acontece também na indústria cultural. Seis corporações globais dominam mais de 80% da produção midiática e cultural no mundo: Disney, Time Warner, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann.

Esta concentração unifica, sob uma mesma direção, produções midiáticas voltadas para a informação, lazer e divulgação publicitária. Uma avalanche de bens simbólicos circula pelas redes conectadas e dirigidas por estes centros irradiadores, construindo uma esfera de consumo.

A segunda questão a ser tratada é que esta estrutura de poder coloniza a construção de identidades sociais atendendo as expectativas de um modelo capitalista centrado nos nichos de mercado. Para McLaren (2000):

Os profissionais da publicidade e marketing podem cortar a sociedade em segmentos ou subgrupos, cada qual caracterizado por certas atitudes, comportamentos e estilos de vida. Estes são os desejos coletivos elaborados por demandas de mercado da cultura dominante – correlações inevitáveis de formas particulares de poder econômico. (McLaren, 2000: p. 185)

Com isto, a indústria cultural e da comunicação dá sustentação ao modelo do capitalismo global vigente, incorporando as diferenças sob a lógica do mercado globalizado. As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural.

Um outro aspecto importante a ser considerado com relação ao monopólio midiático é o seu papel de “destruição da esfera da opinião pública”. O conceito clássico de opinião pública, definido por Habermas (2003), prevê um espaço onde cidadãos livres expressavam suas opiniões – com base na *razão esclarecedora* – e a imprensa, nos seus primórdios, representava e ampliava este território.

Porém, a transfiguração do jornalismo *stricto sensu* para o espaço midiático significou também a transformação dos valores presentes na ideia de jornalismo e esfera pública. Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo*, afirma que para o discurso midiático hoje não interessa mais o verídico, mas sim o verossímil, o confiável e o célebre. (Lasch, 1983)

Sai de cena a autoridade da fala do conhecimento (e, por tabela, do intelectual, mesmo o orgânico da classe dominante) e entra a celebridade, cuja autoridade de fala é dada tautologicamente pela mídia – está na mídia porque é famoso e é famoso porque está na mídia.

A informação passa a ser subsumida pela lógica do entretenimento e do consumo (o que gerou a estranha categoria midiática do *infotainment*, o infotenimento) consolidando o esvaziamento da política enquanto espaço de poder. A esfera política vira, assim, mero território cênico, onde imagens

de celebridades desfilam falas, narrativas visuais, sentimentos e projeções de sensações articulando a organicidade social pelas “sensibilidades”.

O julgamento do chamado escândalo do mensalão em 2012 que teve uma cobertura significativa dos aparelhos midiáticos brasileiros trouxe esta dimensão de sensibilidades e verossimilhanças para uma dimensão do poder até então mediada pelo discurso de uma tecnicidade acima das disputas políticas – o Poder Judiciário. O debate político explícito no julgamento desta causa ficou obliterado pela mobilização dos desejos de punição, aproximando de sentidos existentes em linchamentos públicos. Também foi subsumido o debate técnico-jurídico que existiu no julgamento, fazendo com que as divergências se transformassem em um jogo de mocinhos e vilões, bem contra o mal.

A síntese apresentada pelos telejornais da Rede Globo de Televisão no dia 23 de outubro daquele ano é esclarecedora a este respeito: cenas entrecortadas dos debates, uma montagem com frases de efeito pinçadas dos discursos dos ministros do supremo, as imagens frequentes de falas do relator do caso sempre em pé, indignado, de cara amarrada, como um inquisidor, contrastada com o revisor do caso (que sempre tinha uma postura divergente do relator), falando sentado, sereno, expressando uma postura defensiva ante o “inquisidor”. Pouco se esclareceu sobre o percurso do caso, sobre os argumentos de cada parte, sobre quais são as teorias jurídicas em jogo, etc.

Com isto, ao irradiar esta maneira de sociabilidades, ao construir uma territorialidade simbólica que altera significativamente as formas dos embates políticos, o monopólio da voz realiza, silenciosamente, a supremacia do poder global do capital.

A POLÍTICA SE DESLOCA E SE DESFOCA

O cenário construído por esta estrutura de poder reduz – chegando ao mínimo – o debate ideológico (aproveitando a situação favorável com a derrocada dos regimes do Leste Europeu no final dos anos 1980 que gerou as condições objetivas para o discurso do “fim do socialismo” ou “fim das grandes narrativas”) e deixa um vácuo que é ocupado pelo *debate moral* e o *debate tecnicista-gerencial*. Assim, os embates políticos se transfiguram para uma discussão de “competências técnico-administrativas” e por “prin-

cípios morais”. Aproxima-se, assim, do que Adorno e Horkheimer (1991) conceituavam como uma “sociedade administrada” ou regida pela razão instrumental.

O problema da corrupção, por exemplo, sai do terreno político – a corrupção como produto de um determinado sistema político que envolve modelos de financiamento de campanhas, tipos de relações entre Poder Público e Poder econômico, influência eleitoral do poder econômico, entre outros – e se desenvolve no terreno moral: a corrupção é vista única e exclusivamente como produto do “caráter” do agente público. Ou então é generalizado de tal forma como se fosse um comportamento “natural” de quem está na política.

Este moralismo do debate político acaba também por trazer questões de vida privada para o cenário público. Comportamentos pessoais são avaliados por princípios morais de cunho religioso. O moralismo conservador inclusive coloca barreiras a participação feminina na política, uma vez que as regras morais consolidadas são mais controladoras dos comportamentos das mulheres.

Já a competência técnico-gerencial ou técnico-administrativa encaixa-se em um perfil de poder público que tem a funcionalidade empresarial como paradigma. Subsumido à lógica do capital, o poder público se organiza para dar atendimento e sustentação as ações do capital globalizado. Assim, garantir uma política econômica que esteja de acordo com as demandas do grande capital não é tratada, pelo discurso midiático, como uma “opção política” e sim como uma “ação competente e correta”. Os “analistas” de mídia na área econômica, por exemplo, transformam a economia em uma ciência exata. As decisões são avaliadas na perspectiva da correção ou incorreção e não como uma opção política.

Por fim, as ações do Estado se concentram no aspecto repressivo. Em lugar da política, a polícia. A manutenção de uma ordem como esta que implica na concentração crescente de renda, no poder transferido para o grande capital e na colonização do poder público pelos agentes do capital só pode ser garantida com um sistema repressivo sofisticado. Este sistema repressivo, entretanto, não se realiza por meio de regimes ditatoriais no sentido clássico, mas em regimes “democrático-liberais” com espaços públicos esvaziados, com poder fora da política, com debates políticos despolitizados e marcados pela presença de valores moralistas e/ou tecnicistas.

Não há espaço nesta forma de sociabilidade para um jornalismo fomentador do debate político como foi o jornalismo no período publicista. O jornalismo se coloniza pelo discurso midiático na perspectiva de uma tecnologia de sociabilidades – de compreensão e ação – centrada nas sensações e no entretenimento imediato.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

Dossiê Le Monde Diplomatique – “Quem manda no mundo”, - n. 10, jul/ago de 2012, p. 22

HABERMAS, J. **A mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: Tempo Universitário, 2003

HUTTINGTON, S. **Choque das civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983

MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2001

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000

PARKS, Lisa. **Coverage**. NY: Paperback, 2011

SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006

VILELLA, H. “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Viomundo” (<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisavillela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)